



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

ATA GPJ nº 1/2024

1. Identificação da Reunião

Data da Reunião	Horário	Local	Secretariada por
19/03/2024	14:00 h	Virtual Zoom	Dramon Conte

2. Classificação da reunião

Plano ações do GPJ

3. Participantes

Lotação	Servidor	Fone	E-mail: @tre-rs.jus.br
ASPLAN	Dramon Conte	9308	dramonconte
EJERS	Débora do Carmo Vicente	9230	deboravicente
SCRE	Carlos Bauer Sica Diniz	9272	carlosdiniz
ASPLAN	Magda Stoll Andrade	9224	magdastoll
STI	Eduardo Leão Garcia	9851	eduardoleao
SGP	Clener Moreira Nunes	9449	clenernunes
SJ	César Eduardo da Silva Dorneles	9219	cesardorneles

4. Pauta

Assunto	Apontamentos, sugestões e deliberação
Abertura da reunião	Dramon iniciou a reunião relatando a necessidade de elaborar e encaminhar o Plano de Ações de 2024 do Grupo até 30 de março. Débora questionou o que entra no Plano de Ações para pensar numa ação institucional da EJERS. Perguntou também o porquê dos painéis BI estarem no plano do Grupo. Dramon e Magda explicaram que o GPJ é um grupo multidisciplinar envolvendo, entre outros assuntos, pesquisas acadêmicas com dados estatísticos. Magda enfatizou a importância da EJERS em trazer o lado acadêmico para o Grupo.
Diagnósticos: Painel BI do TRE-RS	Dramon relatou os itens de 2023 que não foram cumpridos na integridade: “Painel BI do TRE-RS” e a respectiva “Apresentação Institucional dos Painéis de BI do TRE-RS”. O fato dá-se da grandeza e complexidade do projeto. Até o presente momento já foram desenvolvidos e publicados dois painéis na página do Núcleo de Estatística da ASPLAN. No decorrer do ano anterior a ASPLAN e a STI firmaram parceria com o TRE-GO, sendo que a equipe técnica visitará e implantará os painéis na semana de 01/04 a 07/04 de 2024. Dramon explicou de forma resumida a constituição dos painéis. Clener afirmou que, ao trabalhar no Laboratório de Inovações do FestLabs, teve a oportunidade de conhecer as ferramentas de Goiás. Carlos mencionou que 90% das informações das estatísticas processuais do BI do Paraná (Painel de Autogerenciamento das ZE's) tem no BI de Goiás. Eduardo argumentou que há diferenças nas estatísticas processuais entre os dois BIs. No BI



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

	<p>de Goiás os dados vêm direto do PJe e, no BI do Paraná, vêm do Atena onde há um tratamento prévio das informações. É provável que persistirão algumas inconsistências no BI de Goiás quando as correções forem feitas só no Temis. Carlos mencionou que, a partir do Codex, as informações devem ser corrigidas diretamente no PJe, não sendo admitido sistemas intermediários. No entanto, agora, o idel é só corrigir no PJE quando o movimento for importante. Assim o BI de Goiás passa a ser mais vantajoso para o Codex.</p>
Capacitação:	<p>Magda questionou sobre a necessidade de uma capacitação referente à técnica para interpretação dos painéis. Clener respondeu que os painéis, quando elaborados e direcionados para cada unidade, já suprem as necessidades. Clener mencionou ainda que o Ronaldo está levantando informações nas unidades da SGP para possivelmente serem agregados aos painéis de Goiás. Magda comentou que um dos ganhos será a disponibilidade dos painéis para todas as unidades. Clener ficou de passar as capacitações relacionadas à governança e gestão que estão em andamento.</p> <p>Eduardo comentou que os painéis de Goiás são bem completos e não estão separados por unidade e sim por assunto. A COSIS já está tratando da base e ambiente para implantação dos painéis. Eduardo mencionou também que está trabalhando com a SGP para levantar as informações, por unidades, com o objetivo em disponibilizar ferramentas que facilitam a interpretação dos dados. Há uma expectativa que os painéis de Goiás ajudem muito. Os painéis do Tableau, incluindo aqueles referentes ao perfil dos servidores, terão que ser refeitos do zero. A vantagem será a depuração dos dados.</p>
Eventos: Apresentação Institucional do Painel de BI do TRE-RS	<p>Dramon mencionou sobre a necessidade de divulgação das novas ferramentas de BI aos servidores. Convidou todos do Grupo a participarem.</p>
Eventos: Pesquisa participação feminina no Poder Judiciário e pesquisas das servidoras do TRE-RS nos grupos de pesquisas do TSE.	<p>Magda e Dramon mencionaram a importância da divulgação do resultado das pesquisas no TRE-RS e inscrição das pesquisadoras nos seminários sobre pesquisas empíricas do CNJ.</p>
Eventos: “Diálogos com a sociedade”. Audiência pública sobre dúvidas da urna eletrônica e processo de votação	<p>Débora relatou que a EJERS está organizando para o dia 02/05/2024 a audiência pública: “Diálogos com a sociedade”, com participação expressiva da sociedade. O objetivo é ouvir dúvidas sobre a urna eletrônica e o processo eletrônico de votação. Já foram enviados 160 ofícios. Magda mencionou que esse evento é uma oportunidade para levantar temas relevantes a serem pesquisados e trabalhados em meios acadêmicos, visando a melhora da imagem e aperfeiçoamento dos objetivos estratégicos da Instituição.</p>
Iniciativas de articulação:	<p>Débora mencionou que pode trazer para o Grupo pesquisas referentes às estatísticas de diagnóstico da participação feminina no Poder Judiciário. Há estudos que demonstram que mulheres solteiras, sem filhos, tem quase as mesmas</p>



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

	<p>oportunidades de ascensão que os homens, já as casadas com filhos, não. Magda mencionou também estatísticas de mulheres em situação de vulnerabilidade. Débora mencionou também que é uma das cinco servidoras pesquisadoras do TRE-RS que integram um grupo de pesquisas do TSE. A sua linha de pesquisa é sobre o histórico de Governança Eleitoral, onde está realizando um levantamento das decisões judiciais dos primeiros anos de funcionamento do TSE. Este trabalho resultará artigos de autoria das integrantes. Débora enfatizou que está justamente trabalhando com dados, onde partirá dos dados dos primeiros anos de criação da Justiça Eleitoral, em 1932, até ser extinta em 1937. Será possível levantar o quanto o Rio Grande do Sul demandou o TSE naquele período. Magda mencionou que esta atividade supre a carência de um tratamento mais acadêmico para o Grupo. Débora mencionou que pode contribuir com estas duas iniciativas.</p>
--	---

Aprovação

Nome
Dramon Conte – Coordenador do GPJ